

## O projecto nas periferias: dos limites da cidade à intermunicipalidade.

Carlos Henriques Ferreira  
Arquitecto, Professor Auxiliar da F.A.U.T.L.  
cferr@fa.utl.pt



Fig.1 a) O Limite da cidade de Lisboa representado parcialmente, do levantamento de 1904 -1911 salienta-se um troço da Estrada da Circunvalação na envolvente das Portas de Benfica. b) Fotografia aérea de 2002 com destaque para o limite intermunicipal entre Lisboa e Amadora.

### Resumo

A expansão da cidade revela ao longo do tempo formas de consolidação precisas, que assumem maiores dimensões e protagonismo no território, contrastando com uma significativa diversidade de tecidos periféricos. Com frequência associamos aos tecidos periféricos uma ideia de limite, algo que está para além de uma ordem reconhecida, com formas de agregação e delimitação menos precisas, onde poderá estar um projecto urbano adiado. O projecto da periferia revela-se então como uma reflexão actual e emergente, quer nas novas expansões, quer na qualificação de tecidos de franja, em áreas periféricas às antigas formas de consolidação, como as áreas limítrofes das sucessivas delimitações administrativas municipais.

Os limites da cidade constituem marcos de grande relevância na reflexão sobre as formas da expansão urbana, revelando-se como matéria essencial no suporte de uma linha de investigação em desenvolvimento nos últimos anos, na qual identificamos fragilidades e potencialidades nas sucessões de limites administrativos da cidade. Este trabalho constitui uma reflexão crítica, perspectivando formas de intervenção através da cooperação e do planeamento intermunicipal, previsto na lei, mas com escassos ensaios no contexto do território nacional.

**Palavras-Chave:** Projectar a Periferia; Limites da cidade; Projecto urbano; Intermunicipalidade; Planeamento e Gestão Municipal na AML.

## **Objectivos**

A presente investigação tem como objectivos: identificar as fragilidades e potencialidade dos projectos urbanos nos limites territoriais da administração municipal. Pretende-se referenciar um conjunto de questões chave que orientem o planeamento e a gestão municipal nos espaços de intervenção e projecto de dimensão intermunicipal. Pretende-se contribuir para uma melhoria da gestão dos recursos territoriais e para a sustentabilidade cultural, política e social nas áreas periféricas adjacentes aos limites municipais.

## **Metodologia**

A investigação suporta-se na análise de áreas adjacentes aos limites municipais, partindo da observação e da identificação de situações consideradas relevantes no âmbito do projecto intermunicipal. Os principais instrumentos de ensaio e avaliação contemplam a análise de cartografia, de legislação e de processos de loteamento e urbanização. Considera-se também um suporte teórico e crítico sobre questões de parceria pública e privada e de políticas urbanas, confrontadas com o âmbito conceptual do projecto urbano e do projecto da cidade.

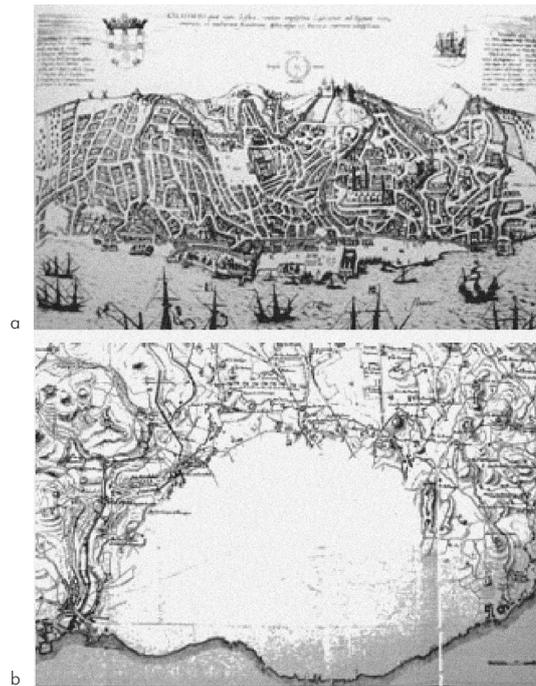
Confrontam-se as sucessões de figuras de planeamento em diferentes escalas acompanhadas pelos desenvolvimentos da gestão municipal. Analisam-se vários casos de estudo considerados representativos, apontados pela administração autárquica ou reconhecidos pela sua relevância, aferida nos contrastes de usos de solo ou nas condicionantes administrativas consideradas nos planos directores municipais.

## **Enquadramento Teórico**

A expansão urbana da cidade contempla sucessões de limites que foram sendo transpostos ao longo dos tempos. Os significados das diferentes formas de delimitação da cidade alteraram-se e carecem de uma investigação aprofundada nos novos contextos da contemporaneidade [Fig.1]. Desde as formas mais antigas de delimitação da cidade, que marcaram as concentrações urbanas das grandes cidades europeias, que no caso de Lisboa podemos associar à muralha Fernandina, até às sucessões de fortificações dos séculos XVII e XVIII [Fig.2], podemos identificar diferentes processos de deslocalização de centralidades e de expansão sobre os arrabaldes, transformando as antigas periferias em novas formas de concentração.

Na afirmação das formas de aglomeração urbana e dos seus modelos de consolidação foram surgindo regras para definir as implantações, as acessibilidades, as relações entre o conjuntos das habitações e os sistemas de abastecimento, para além de um vasto conjunto de necessidades que se foram identificando e sistematizando em tratados, normas e regulamentos essenciais à sustentabilidade das concentrações urbanas. As possibilidades de planeamento e controle das formas de consolidação e expansão urbana abriram também

caminho ao imaginário e à utopia<sup>1</sup> sobre o modelo ideal de cidade (ROSENAU, H., 1988), de que são exemplo vários tratados e modelos renascentistas, com ensaios que chegaram a ter realizações pontuais. As visões das cidades ideais são com frequência acompanhadas de exercícios de geometria, procurando relações mais ou menos complexas entre a abstração da representação e sínteses que articulam questões defensivas, ambientais e simbólicas, delimitando um mundo perfeitamente controlado.



**Fig.2** a) Gravura da cidade de Lisboa de G Braunio (séc.XVI), salientando-se as muralhas como referência na delimitação da cidade. b) Carta com indicação da linha defensiva da cidade de Lisboa em 1835.

As visões e inquietações sobre as formas de delimitação da cidade, revelaram-se suportadas numa cultura visual de encerramento<sup>2</sup>, procurando uma apreensão da cidade como objecto de fácil apropriação pictórica ou iconográfica. Nas várias formas de delimitação da cidade, as muralhas distinguem-se com uma imponente presença reforçando a ideia de fronteira, entre o espaço geométrico ou mensurável e dimensão ilimitada, incomensurável do ser (ARGAN, G. 1998), nesta perspectiva de definição e indefinição salientem-se as Portas dessa fronteira que contribuem com uma expressão e impressão que desde cedo orientou a estrutura das acessibilidades entre o interior e o exterior desse perímetro, ajustadas às condições geomorfológicas do território.

Nas referências teóricas associadas à progressiva concentração urbana, as influências clássicas italianas da composição urbana foram sendo substituídas pelas francesas nos séculos XVII e XVIII, que incluíam novos tipos de preocupações, entre elas o perigo de excessiva concentração – o gigantismo urbano, com várias referências associadas ao poder Real em Paris, com medidas de contenção dos

<sup>1</sup> Sobre as utopias, cidades ideais e modelos de referência, consultar A Cidade Ideal de ROSEAU; Historia de la forma urbana de A. Morris; Urbanismo – Utopias e realidades de Françoise Choay. Salientamos também o artigo Fragmentos de Utopias de R.Barreiros Duarte.

<sup>2</sup> Consideremos a análise crítica na obra Design of Cities de Edmund Bacon, com a interpretação das formas de desenho da cidade em diferentes épocas, uma referência sobre a natureza do desenho, do movimento, da ordem e da representação do urbano.

limites da cidade, nos decretos de 1548, 1627, na alteração de limites da cidade em 1638. Particular interesse tem um decreto francês de 1724 que procurava limitar o crescimento urbano através de condicionantes arquitectónicas, proibindo a construção nos subúrbios de casas com portas cocheiras (HAROUËL, 1998).

A dificuldade de controlar a expansão urbana, apesar das limitações impostas, acentuou-se e as formas de crescimento urbano tornaram-se difusas à medida que se foram afastando das velhas aglomerações, dando lugar a formas complexas de agregação que se estenderam para a periferia. Algumas destas ocupações tornaram-se ambiguas nas franjas administrativas da cidade, principalmente com os desenvolvimentos da industrialização. Desta forma, foi-se perdendo a tradição de uma cultura de encerramento dos aglomerados, confrontada com novas dinâmicas políticas, económicas e sociais, às quais se associaram novos requisitos de mobilidade.

Nos finais do século XVIII e principalmente ao longo do século XIX, observavam-se em várias cidades europeias os contrastes entre as concentrações em volta das áreas industriais e as novas formas de expansão urbana suportada por uma burguesia emergente. Os limites da cidade velha foram assim, sendo confrontados com a afirmação histórica da moderna cidade barroca, onde se afirmavam grandes eixos, grandes avenidas e sobretudo com uma nova exigência de ordem. As expansões burguesas da segunda metade do século XIX marcavam uma nova ordem e um ensaio ambicioso de transposição dos velhos limites, propondo uma nova visão de delimitação da cidade

Os obsessivos compromissos estéticos do mundo barroco rapidamente foram confrontados com a complexidade produtiva e mecanizada da industrialização, aparentemente estimuladora do caos urbanístico. Salientando a particularidade de Lisboa, que com o terramoto de meados do século XVIII foi objecto de reconstrução de grande parte do antigo tecido medieval, desenvolveu sobre o espírito iluminista uma modernização forçada que enalteceu a expressão e a força da nova expansão urbana que se avizinhava para além das velhas muralhas. Para além das velhas linhas defensivas, identificamos em Lisboa as sucessões das designadas estradas da Circunvalação, a primeira de 1852 e a reformulação do limite da cidade em 1885<sup>3</sup> com uma nova Circunvalação (FRANÇA, J. 1997). Esta última delimitação relativamente estável desde finais do século XIX, apenas com algumas alterações, permite-nos reflectir sobre as formas de planeamento da cidade entre os finais do século XIX e inícios do século XX. Neste contexto o Plano de Melhoramentos de Lisboa de 1865 (DL n.º 10 de 19 de Janeiro de 1865), é uma das primeiras referências de um plano pensado para a totalidade da cidade, com uma dimensão próxima da actual [Fig.3]. Os conteúdos da cidade de Lisboa no início do século XX estão muito bem representados nos levantamentos de 1904 a 1911, em contraste com a ausência de elementos para além dos limites da Estrada da Circunvalação onde se manifesta, com um vazio de representação indiferenciado, destacando-se também várias Portas alfandegárias no perímetro da cidade [Fig.4].

<sup>3</sup> Em Julho de 1885 o município de Lisboa foi reformulado, alargando-se a área da cidade nesse ano que incluiria no total 6 500 ha. A inclusão em 1886 das freguesias de Camarate e de Sacavém com nova área foi corrigida pelos decretos posteriores de 1895 e 1903, resultando numa área de 8244 ha.



Fig.3 Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa – Ressano Garcia (1903).

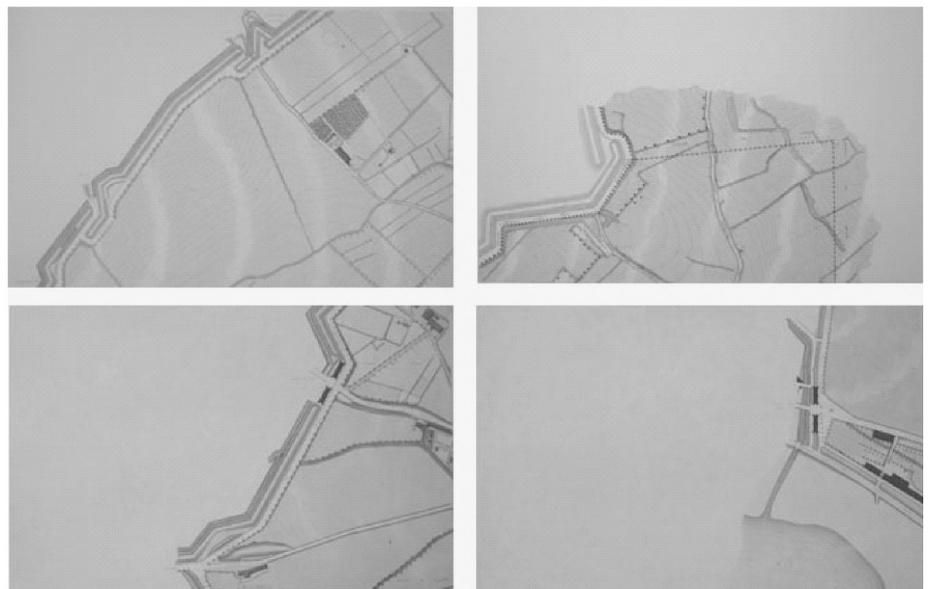


Fig.4 Levantamento de Lisboa entre 1904-1911, alguns extractos que revelam a ausência da representação para além dos limites da cidade, com o vazio indiferenciado, onde se salientam a negro as Portas alfandegárias da cidade.

Referenciamos a base desta investigação sobre o projecto das periferias, numa perspectiva territorial particular, para além das dialécticas das grandes cidades centrais e das suas expansões frequentemente designadas de suburbanas. Incidimos no projecto das áreas limitrofes dos limites administrativos dos municípios da área metropolitana, considerando estes espaços propícios a apropriações clandestinas e de ocupação ambigua. Estas áreas revelam-se como alvos faceis à especulação privada e como lugares de projecto urbano adiado, mesmo quando as cidades são objecto de planeamento para a totalidade do seu território municipal.

### **Dos limites da cidade à intermunicipalidade**

Das sucessões de limites da cidade de Lisboa, tomemos como referência a Circunvalação de Lisboa de 1885, que influenciou os limites de diversas formas de expansão no território metropolitano ao longo do tempo, com diversos processos de apropriação e urbanização, onde o desenho da cidade foi emergindo acompanhado pela evolução das formas de codificação do planeamento urbano e territorial.

O desenho do limites da Circunvalação, ainda com forte expressão actualmente, permite-nos reflectir sobre os diferentes contextos e significados desta linha, que se constituiu como uma barreira ao longo do tempo, principalmente no período em que as portas alfandegarias cobravam os tributos da sua transposição.

A força e a expressão desta barreira manifestou-se no desenho urbano e nas várias formas de apropriação da envolvente, testemunhando a importância das sucessões dos limites da cidade como marcos a considerar no entendimento das relações entre as visões da expansão urbana e as expressões política económica e social, associadas ao planeamento e gestão do território.

O limite da cidade, enquanto limite da administração municipal, pode assumir uma expressão menos evidente na actualidade, distanciado do peso das velhas barreiras e das Portas de torreões ecléticos já destruídas<sup>4</sup>, mas mantém-se como uma preocupação emergente na sustentabilidade da identidade territorial, e assume-se como uma realidade reconstruída à luz das interrogações teóricas (CAUPERS, 1994), associada a uma rápida expansão urbana sujeita a diversificadas pressões.

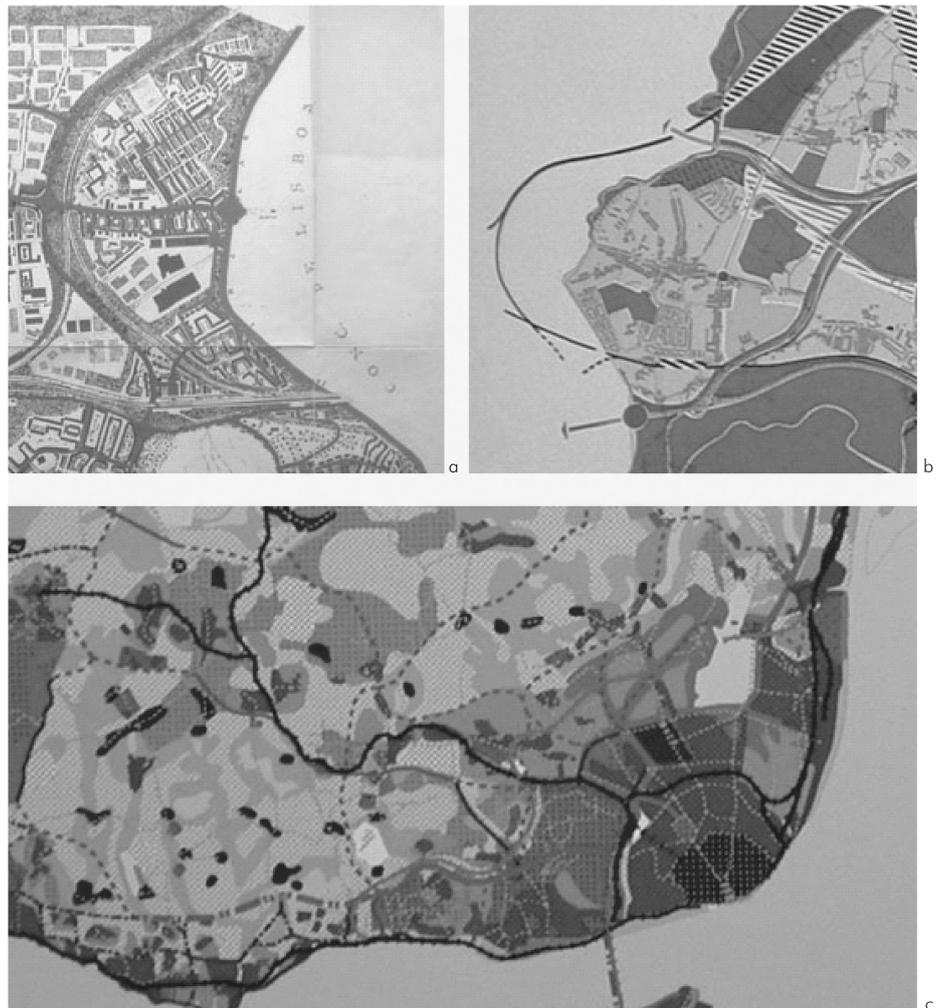
Ao longo do século XX assistimos à afirmação do poder local em Portugal, como se regista logo no início do século com a importância do Congresso Municipalista<sup>5</sup>.

Ao percurso da afirmação da autonomia municipal podemos juntar as preocupações da cooperação intermunicipal, estas duas questões relevaram-se importantes para os desenvolvimentos urbanos que emergiram a partir da segunda metade do século XX. Algumas das referências nacionais que apontavam um conjunto de novas preocupações de planeamento alargado para além das principais cidades, podem encontrar-se na legislação da década de trinta (DL 24 802, 21 de Dezembro de 1934). Este decreto obrigava à elaboração de levantamentos topográficos e de Planos Gerais de Urbanização e Expansão para os aglomerados com previsão de maior crescimento. Esta legislação contribuiu também para aproximar as expectativas da cultura urbanística de vários municípios

<sup>4</sup> Das antigas Portas da Circunvalação, apenas restam as Portas de Benfica, que aguardam um novo contexto de inserção com os desenvolvimentos da Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL).

<sup>5</sup> O Congresso Municipalista realizado no salão nobre dos Paços do Concelho entre os dias 16 e 21 de Abril de 1909 foi a primeira reunião magna dos municípios portugueses tendo como principal objectivo a defesa da autonomia municipal, uma reivindicação comum aos vários municípios face à repressão do poder central.

às referências de planeamento das grandes cidades nacionais, contendo algumas das primeiras indicações sobre as possibilidades de cooperação e planeamento intermunicipal “As Câmaras municipais de dois ou mais concelhos vizinhos poderão associar-se para o efeito de procederem em comum à elaboração de planos de urbanização em zonas que compreendam terrenos pertencentes a todos eles” (DL 24802, artº 5º). Com a elaboração de vários planos para as novas expansões urbanas, saliente-se também a proposta de elaboração de um Plano Director para o Desenvolvimento urbanístico da Região de Lisboa (Lei 2 099, 14 de Agosto de 1959), a década de sessenta revelou-se como um espaço de oportunidades no planeamento urbanístico, mas também de novos desafios, de articulação intermunicipal e de novas dinâmicas nas escalas local e regional [Fig.5].



**Fig.5** a) Plano de Urbanização da Amadora 1960. b) Plano Director de Lisboa de 1967. c) Plano Regional de Lisboa 1959.

O Plano regional de Lisboa apesar de alguma ambição nas acessibilidades regionais, revelava uma visão poética sobre as expectativas de crescimento de vários aglomerados da periferia de Lisboa. A subavaliação da expansão urbana para a periferia contribuiu para reforçar os estatutos das velhas centralidades, salientando-se a representação das áreas envolventes de alguns limites administrativos, camufladas por cinturões verdes. Estas áreas de franja converteram-se posteriormente num alvo privilegiado de apropriações clandestinas e de projectos urbanos de carácter especulativo, onde o rigor de projecto, o controlo e fiscalização eram menos apertados e menos prioritários, tornando-se espaços de projecto adiado. Devido ao contexto de uma crescente migração sobre a cidade de Lisboa e a sua envolvente, a promoção pública de urbanização revelou-se frágil e desajustada às novas necessidades de resposta, abrindo caminho para a legitimação da promoção privada de urbanização, suportada no DL 46673, de 29 de Novembro de 1965 sobre os loteamentos urbanos. A partir de finais da década de sessenta, às adiadas aprovações dos planos gerais de urbanização de promoção pública e à sua difícil gestão, juntam-se as ambiguidades de localização e desenvolvimento das formas dos loteamentos privados. Acentuou-se, assim a complexidade de interpretação sobre as formas de contenção dos perímetros urbanos e sobre as políticas urbanas que orientam o planeamento e gestão municipal.

Nos finais da década de setenta o poder local assume novos estatutos e protagonismos, herdando também os custos de uma fragilizada cultura urbanística que se agravou praticamente até aos finais do século XX. A década de noventa revelou-se como um novo espaço de oportunidades alimentadas em novos ensaios de Planos Directores Municipais, alargados à maioria dos municípios na expectativa de financiamentos, que impulsionaram o planeamento municipal alargado à totalidade do território concelhio. Este período, apesar das dificuldades de ajustamento entre os ensaios da codificação urbanística que revelaram dificuldades de compatibilização entre os diferentes municípios [Fig.6]. e os prazos de candidatura aos financiamentos, contribuiu para novas oportunidades de interpretação do território e para a consciência dos futuros desafios na afirmação de uma área metropolitana com novas dinâmicas.

Ao longo da década de noventa criaram-se e ensaiaram-se ferramentas de apoio ao planeamento e gestão que permitiram um salto quantitativo e qualitativo nas formas de diagnóstico do território. Salienta-se a importância de novas oportunidades emergentes no planeamento intermunicipal, que embora referido na Lei de Bases do Ordenamento do Território, ainda não é uma prática corrente no planeamento nacional. É importante aprofundar as fragilidades de planeamento e gestão nos limites municipais, procurando experiências de cooperação e gestão intermunicipal, de que é exemplo a Parque Expo. Estes novos desafios de cooperação intermunicipal, constituem também um novo marco na

afirmação das competências do poder local evidenciando a importância do projecto urbano no contexto da intermunicipalidade, apontando como um dos principais objectivos a requalificação da cidade e o reforço da identidade territorial. Podendo considerar-se as intervenções nas franjas administrativas como oportunidades de revisão dos significados de Projecto Urbano (PORTAS, 1990), com novas propostas de espaços públicos e redesenho da cidade (MORAIS, 2008). Estas áreas, associadas a uma condição mais periférica, revelam-se como oportunidades de recentralização, com formação de sistemas policêntricos numa perspectiva de maior coesão territorial. O enfoque sobre as possibilidades e estratégias de requalificação das áreas periféricas sobre a cooperação intermunicipal, deve contemplar uma interpretação do projecto urbano como um espaço não homogéneo, pautado pelo ritmo das alterações das actividades, sectores residenciais, lugares simbólicos, instituições, equipamentos e reservas, (PANERAI and MANGIN, 2002).



**Fig.6** Representação dos usos de solo compatibilizados entre os diferentes municípios, extracto entre Amadora e Lisboa.

A investigação que incide sobre o valor e o sentido das formas de delimitação da cidade, aponta para uma reflexão crítica sobre a identidade dos lugares da cidade num contexto alargado, numa perspectiva de revisão da própria identidade do espaço metropolitano a partir da cooperação intermunicipal. Para além do enfoque nas dialécticas entre os velhos Centros e as novas Periferias, importa avaliar e trabalhar as áreas envolventes de limites administrativos, nas quais se sucedem urbanizações que revelam limitações de projecto urbano, evidenciando complexos problemas de gestão e controle em vez de oportunidades de exploração e transposição das diversas formas de delimitação administrativa associadas à expansão urbana (FERREIRA, 2008).

## Conclusões

Da investigação realizada podemos apontar algumas conclusões que evidenciam as fragilidades da cooperação intermunicipal, sendo esta uma matéria ainda pouco ensaiada no planeamento e gestão urbanística em Portugal. Salientam-se poucas excepções associadas a grandes projectos que se revestem de maior importância e visibilidade no contexto da administração central, como o caso da Parque Expo no âmbito da Exposição Mundial de 1998, ou o Plano Intermunicipal de ordenamento do território do Alto Douro Vinhateiro.

As sucessões das formas de delimitação da cidade, afirmam-se mais como um constrangimento nos contextos político, social e económico ao longo da história, em vez de reflectirem as oportunidades de reconhecimento das fases de expansão da cidade e a valorização cultural do próprio processo de consolidação urbana, com sucessivas recentralizações associadas à deslocalização estratégica de actividades. Num contexto de competitividade das cidades é importante uma visão estratégica sobre a sustentabilidade patrimonial no crescimento urbano e sobre as perspectivas de requalificação urbana nos novos tempos de construção da cidade, nas novas formas de mobilidade e nas novas interpretações do território. O projecto urbano nas franjas administrativas não deve constituir uma obsessão de cooperação intermunicipal suportada no protagonismo político, devendo afirmar-se como forma de expansão urbana essencial à identidade municipal e metropolitana e como um espaço de avaliação e exploração das possibilidades de qualificação de áreas que resultaram da ambiguidade e especulação na apropriação do solo e na indefinição do planeamento e gestão sobre o pretexto de um projecto adiado nos limites da cidade.

## Bibliografia

ANDRESEN, Teresa; CAMARA, T. Bettencourt; CARVALHO, Luis G. Para além da Cidade in Catálogo da exposição - *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2003. ISBN 972-678-034-9.

ARGAN, Giulio. *História da Arte como História da Cidade*. Martins Fontes, S. Paulo, 1998.

ASCHER, François. *Metapolis - Acerca do futuro da cidade*. Celta Editora. Oeiras, 1998. ISBN 972-8027-89-3.

BACON, Edmund. *Design of Cities*. Thames and Hudson, London, 1995. ISBN-0-500-27133-X

BELIL, Mireia. La Ordenación de las áreas metropolitanas europeas in Planeamiento urbanístico - *De la controversia a la renovación*. Diputació de Barcelona. Barcelona, 2003. ISBN 84-7794-935-2.

BENEVELO, Leonardo. *As Origens da urbanística Moderna*. Editorial Presença. 3ª ed. Lisboa, 1994. ISBN 972-23-1739-3.

BROADBENT, Geoffrey. *Emerging Concepts in Urban Space Design*. VNR International. London, 1990.

CAUPERS, João. *A Administração periférica do Estado - estudo de ciência da administração*. Editorial Notícias. Lisboa, 1994.

DUARTE, Rui B. Fragmentos de utopias in GHEA n°s 2 e 3. Lisboa, 1999.

FERRÃO, João. Uma metrópole em transição: novo perfil produtivo, novos espaços económicos in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, 2003. ISBN 972-98655-7-4.

FERREIRA, Carlos Henriques. The Limits of Plurality in the Open City – the consolidation of new identities in the periphery in III PhD Seminar: Urbanism&Urbanization. Venice, 2006.

FISHMAN, Robert. Más allá del Suburbio: El nacimiento del Tecnoburbio in Lo urbano. Edicions UPC. Barcelona, 2004. ISBN 84-8301-752-0.

FONT, Antonio. L'explosió de la ciutat - un projecte internacional de recerca universitària in *L'explosió de la ciutat - Morfologies, mirades i mociones*. COAC. Barcelona, 2004. ISBN 84-96185-18-4.

FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Livros Horizonte. Lisboa, 1997. ISBN 972-24-0998-0.

GASPAR, Jorge. Inserção da AML no País, na Península Ibérica e na Europa in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. AML. Lisboa, 2003. ISBN 972-98655-7-4.

GEORGE, Pedro. Area metropolitana de Lisboa - 1970-2001 - De la monopolaritat a la matricialitat emergent in *L'explosió de la ciutat - Morfologies, mirades i mociones*. COAC. Barcelona, 2004. ISBN 84-96185-18-4.

GONÇALVES, Fernando. Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988) in *Direito do Urbanismo*. INA. Lisboa, 1990.

GONÇALVES, Fernando. A Tradição Urbanística Portuguesa face ao Ordenamento do Território in *Actas do Seminário - Pensar o Ordenamento do Território - Ideias, Planos, Estratégias*. Lisboa 2000.

HALL, Peter. Megaciudades, Ciudades Mundiales y Ciudades Globales in Lo urbano. Edicions UPC. Barcelona, 2004. ISBN 84-8301-752-0

HAROUEL, J. *Historia do urbanismo*. Papirus Editora. São Paulo, 1998

INDOVINA, Francesco. La Metropolitació del territori - Noves jerarquies territorials in *L'explosió de la ciutat - Morfologies, mirades i mociones*. COAC. Barcelona, 2004. ISBN 84-96185-18-4

INDOVINA, Francesco. La Ciudad Difusa in *Lo urbano*. Edicions UPC. Barcelona, 2004. ISBN 84-8301-752-0

JULIÃO, Rui Pedro. Mobilidade e acessibilidade metropolitanas in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, 2003. ISBN 972-98655-7-4.

KOSTOF, Spiro. *The City Assembled - The Elements of Urban Form Through History*. Thames & Hudson. London, 1999. ISBN 0-500-28172-6.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris, 1986

LOBO, Manuel da Costa. *Administração Urbanística - Evolução Legal e sua Prática*. IST Press. Lisboa, 2001. ISBN 972-8469-16-0.

LOBO, Margarida Sousa. *Planos de urbanização. Época de Duarte Pacheco*. Ed. FAUP. 2ª ed. Porto, 1995. ISBN 972-9483-14-0.

LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. Edições 70. Lisboa, 1999. ISBN 972-44-1025-0.

MORAIS, João S. *A cidade sem limites; contributo para uma reflexão conceptual no território da arquitectura in GHEA n.ºs 2 e 3*. Lisboa, 1999.

MORAIS, João S. *A Cidade Global e o Projecto Urbano. Territórios e intervenções*. ARTITEXTOS 07- FAUTL. Lisboa, 2009.

MORRIS, A. *Historia de la forma urbana- Desde sus orígenes hasta la revolución industrial*. Ed. Gustavo Gili, SA. Barcelona, 1998. ISBN 84-252-1181-6.

PANERAI, P.; MANGIN D. *Proyectar la Ciudad*. Celeste. Madrid, 2002. ISBN 84-8211-362-3.

PAVIA, Rosário. *El Miedo al Crecimiento Urbano in Lo urbano*. Edicions UPC. Barcelona, 2004. ISBN 84-8301-752-0

PORTAS, Nuno. *Interpretaciones del Proyecto Urbano in Urbanística 110*. Roma, 1990.

PORTAS, Nuno. Ciudad contemporánea y gobernabilidad in Planeamiento urbanístico - De la controversia a la renovación. Diputació de Barcelona. Barcelona, 2003. ISBN 84-7794-935-2.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro Domingues; J. Cabral. Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades. FCT. Lisboa, 2003. ISBN 972-31-1061-X.

ROSENAU, Helen. A Cidade Ideal - evolução arquitectónica na Europa. Ed. Presença. Lisboa, 1988.

SACADURA, Fernando; VAZ, Leopoldo. Ideias e Culturas dos Planos. Que Influência no processo de Planeamento? in Actas do Seminário - Pensar o Ordenamento do Território - Ideias, Planos, Estratégias. Lisboa 2000.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Lisboa, Periferia e Centralidades. Celta. 1ª ed. Lisboa, 2001. ISBN 972-774-1096

SECCHI, Bernardo. La ciudad contemporánea y su proyecto in Planeamiento urbanístico - De la controversia a la renovación. Diputació de Barcelona. Barcelona, 2003. ISBN 84-7794-935-2.

SOARES, Luis Bruno. Ordenamento e Planeamento do Território no contexto Metropolitano in Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa, 2003. ISBN 972-98655-7-4.

SOARES, Luis Bruno. Pensar o Ordenamento do Território: estratégias e perspectivas in Actas do Seminário.- Pensar o Ordenamento do Território - Ideias, Planos, Estratégias. Lisboa 2000.

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel. Les formes de creixement urbà. Edicions UPC. 1ª ed. Barcelona, 1993. ISBN 84-7653-349-7.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. Contra el Modelo de Metròpolis Universal in Lo urbano. Edicions UPC. Barcelona, 2004. ISBN 84-8301-752-0.

TENEDÓRIO, José António. Uso do Solo: uma imagem do território metropolitano in Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa, 2003. ISBN 972-98655-7-4.